

A instrução pública em São Paulo: do Império à República

WAGNER DA SILVA TEIXEIRA

*Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professor adjunto do Departamento de História da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM).
e-mail: wagnersteixeira@yahoo.com.br*

Resumo: Com o fim do período monárquico e a proclamação da República, em novembro de 1889, o sistema de ensino republicano, particularmente no Estado de São Paulo, sofreu importantes modificações. Entretanto, as mudanças colocadas em prática, inseridas no contexto do forte coronelismo que marcava a estrutura social e política do período, não encontraram ressonância na sociedade nem provocaram as transformações pretendidas por alguns educadores. O resultado foi um sistema de ensino excludente e dual. A maior parte da sociedade continuou fora do sistema de ensino, sendo este organizado de um lado para parte das classes populares, e de outro, apenas para uma minoria.

Palavras-chave: Primeira República; sistema de ensino; exclusão

Abstract: With the end of the monarchic period and the proclamation of the Republic in November 1889, the Republican education system – especially in the state of São Paulo – has undergone remarkable changes. However, the changes that took place, within the context of the strong “coronelismo” that marked the social and political structure of the period, found no resonance in the society nor caused changes sought by some educators. The result was a system of dual education and one which excluded. The majority of the population still continued off the learning system, which was organized for part of the popular classes, on the one hand, and for only a minority of the society, on the other.

Keywords: First Republic; education system; excluded

1. Introdução

A herança do Império para a República, no que diz respeito à Educação, foi caótica: 85% de analfabetos, em 1889, ou seja, uma república sem cidadãos. Esse fato tornou imperiosa uma atuação mais decisiva do Estado na instrução pública. Apesar disso, na historiografia educacional do período, é comum a ideia de que nada foi alterado com a mudança na forma de governo:

Na prática, portanto, de pouco valeu a passagem do Império para a República, duas formas doutrinariamente diversas de organização do Estado, bem como de pouco valem as pregações dos propagandistas e idealizadores da República a respeito da instrução, pois, com essa passagem, permaneceram os mesmos princípios adotados no regime anterior, especialmente o descaso com relação à educação popular, que foi o aclamado instrumento do novo regime (NAGLE, 1974, p. 283).

A Constituição Republicana de 1891 separou as responsabilidades sobre os dife-

rentes ramos do ensino, deixou o ensino elementar a cargo dos estados e o ensino superior e o secundário sob a responsabilidade da União. Dessa forma, o ensino primário, principal arma no combate ao analfabetismo, acabou não contando com o apoio federal. Nesse período, a Legislação Federal não era clara e o art. 35º dava margem a diversas interpretações:

Art. 35. Incumbe, outrossim, ao Congresso, mas não privativamente:
§ 3 Criar instituições de ensino superior e secundário nos Estados (BARRETO, 1971).

Naquele momento, o ensino superior no Brasil era pouquíssimo disseminado, reduzindo-se a poucas faculdades isoladas de Direito, Medicina e Engenharia. Quanto ao ensino secundário, era afunilamento e porta pela qual os filhos das classes dominantes ingressavam no curso superior. Já o ensino primário estava a cargo dos Estados. Dessa forma, dentro deste contexto, neste artigo, será focalizado o ensino primário, mais especificamente, o caso do ensino primário no estado de São Paulo. Busca-se refletir sobre as importantes modificações que a Educação Primária no estado de São Paulo sofreu desde o fim do período monárquico até a proclamação da República, em novembro de 1889.

Cabe mencionar que ao contrário de Nagle (1978), que argumenta que nada mudou em relação à Educação na passagem da Monarquia para a República, Tanuri (1979) aponta que, no caso de São Paulo, a República “assinalou um passo à frente no âmbito das realizações práticas, representando um significativo marco na organização da Educação pública no setor do ensino primário e normal” (TANURI, 1979, p. 75).

2. A Educação Primária e República no estado de São Paulo

Com a República, o governo de São Paulo iniciou uma série de mudanças na Educação. A alfabetização da maioria da população do Estado, no ensino normal e no ensino primário, foi uma dessas medidas do governo do estado de São Paulo, pois as pessoas se encontravam analfabetas. Esta época ficou conhecida como “período áureo” da Educação pública paulista, perdurando de 1890 até 1896.

Este período, inaugurado pela Reforma no Ensino Normal, em 1890, e liderado por Caetano de Campos, possibilitou a utilização de novos métodos de ensino e a formação de professores normalistas para a expansão da rede pública estadual. Conforme afirma Reis Filho, “os republicanos democratas paulistas dos primeiros meses da República identificaram com rigor o passo essencial para a renovação eficiente do ensino: a preparação científica e técnica do professor” (REIS FILHO, 1995, p. 51).

Além disso, para Infantosi (1983), os educadores desse período buscavam veementemente

oferecer aos governantes uma filosofia da educação em que era manifesta a crença inabalável na aliança entre o progresso do Estado e a educação popular, o obscurantismo da população se lhes afigurava o fator preponderante do atraso em que se encontrava a nação. Com esta preocupação, a primeira reforma da instrução pública paulista em 1892, instituiu um elevado e sofisticado aparelho escolar primário (INFANTOSI, 1983, p. 29).

Reis Filho (1995), ao discutir a importância da Educação para Caetano de Campos, Cesário Mota Júnior e Gabriel Preste, afirma que “um regime político que se definia como sendo do povo e para o povo necessitava de uma sólida organização escolar capaz de oferecer uma formação política, a mais completa possível, a todos os cidadãos” (REIS FILHO, 1995, p. 203). Até aqui a Educação aparece como um fator que impulsionará o país rumo ao desenvolvimento e como um item indispensável para democratização da sociedade.

A Reforma da Instrução Pública, em 1892, e a implantação dos Grupos Escolares, a partir de 1890, completam o quadro desse período. A Reforma da Instrução Pública foi responsável pela divisão do ensino paulista em três graus: primário, secundário e superior. Com essa reforma, o primário foi dividido em dois ciclos, o preliminar e o complementar, e o ensino passou a ser obrigatório até os doze anos sob pena de multa aos pais e responsáveis pelo não-cumprimento da lei.

Além disso, o Estado foi dividido em 30 distritos e em quaisquer localidades, com mais de vinte crianças, deveria ser organizada uma escola preliminar. A iniciativa foi, sem sombra de dúvidas, consequência da articulação entre as ideias renovadoras da época e os republicanos democratas: “o papel do professorado, de seus líderes, e o dos representantes da classe média urbana foram destacados ao longo de todo debate legislativo” (REIS FILHO, 1995, p. 101).

Já a implantação dos Grupos Escolares, segundo a professora Souza (1998), teve implicações profundas na Educação Pública do Estado e, de modo geral, na Educação do país. Para a autora, essa implementação

introduziu uma série de modificações e inovações no ensino primário, ajudou a produzir uma nova cultura escolar, repercutiu na cultura da sociedade mais ampla e encarnou vários sentidos simbólicos da educação no meio urbano, entre eles a consagração da República (SOUZA, 1998, p. 30).

Nesse período, o sistema de ensino paulista estava se organizando da seguinte forma: as escolas isoladas e os Grupos escolares formavam a base; acima deles se encontravam os Inspectores de Distrito, subordinados à Diretoria Geral de Instrução Pública e esta ao Conselho Superior, seguido pelo Secretário do Interior; e por fim, o presidente do Estado. O secretário do Interior e o diretor de Instrução Pública, respectivamente, presidente e vice do Conselho Superior, eram nomeados pelo presidente do Estado. O Conselho foi muito importante, pois nele ressoavam reivindicações dos professores por meio de seus representantes, entretanto, sua extinção, em 1897, assim como a Diretoria Geral de Instrução Pública, extinta um ano antes, foi um grande retrocesso. Para Reis Filho (1995), esse fato significou uma centralização nos órgãos superiores. Ademais, focalizando o nível municipal, esse fato também além de aumentar o poder das Câmaras Municipais, aumentou o poder da oligarquia local sobre os rumos do ensino público¹.

¹ Eram atribuições das Câmaras Municipais de acordo com o Regulamento de 27 de Novembro de 1893: Atestar o exercício dos professores; verificar os mapas mensais, justificar as faltas de professores, nomear comissões de inspeção na falta de inspetores; escolher os pretendentes às vagas de professores; criar escolas, museus e bibliotecas; nomear professores; fixar vencimentos; auxiliar estabelecimentos de ensino particular; arquivar informações obtidas; realizar re-

Apesar de ser encarado como “áureo” pelas mudanças e transformações que esse período trouxe, a Educação, como já destacado anteriormente, continuou a apresentar diversos problemas e desafios. Antunha (1976), em seu importante livro *A Instrução Pública em São Paulo: a reforma de 1920*, enumerou os fatores que mais afligiam a Educação naquele momento:

- 1 – um grande contingente de analfabetos;
- 2 – 50% das crianças em idade escolar fora da escola;
- 3 – a necessidade de se ampliar a rede escolar e melhor localizar as escolas devido a alta mobilidade da população;
- 4 – a evasão, principalmente no interior;
- 5 – a reprovação, especialmente no 1.º ano;
- 6 – a baixo rendimento das escolas isoladas;
- 7 – a existência em grande número de escolas estrangeiras desvinculadas da fiscalização;
- 8 – o magistério primário de baixa remuneração;
- 9 – a profissão era predominantemente feminina, ao passo que os cargos de direção, mais bem remunerados, eram predominantemente masculinos (ANTUNHA, 1976, p. 128).

Outra pesquisadora, Carvalho (1989), traz-nos uma valiosa contribuição ao criticar alguns elementos do chamado “período áureo” da Educação paulista na República recém-instaurada. Para a autora, a escola foi no imaginário republicano, ou seja, “cada signo dá instrução da nova ordem, e cada arma para efetuar o Progresso. Na sociedade excludente, nos fins do século XIX e início deste, a escola foi, entretanto, facultada a poucos” (CARVALHO, 1989, p. 7). Sobre esse assunto, a autora ainda aponta que

proclamada a República, a escola foi, no Estado de São Paulo, o emblema da instauração da nova ordem, o sinal da diferença que se pretendia instituir entre um passado de trevas e obscurantismo e opressão, e um futuro luminoso em que o saber e a cidadania se entrelaçariam trazendo o Progresso (CARVALHO, 1989, p. 23).

Carvalho questiona, ainda, quem era, dentro deste contexto histórico, o cidadão que a República queria “educar”. De acordo com a autora, para os contemporâneos de Caetano de Campos, “a escola instituída se exibiria como demarcação de dois universos – o dos cidadãos e o dos sub-homens – funcionando como dispositivo de produção/reprodução da dominação social” (CARVALHO, 1989, p. 38).

Cabe ressaltar ainda que não há consenso, dentro da historiografia, sobre esse assunto e esse período – o período “áureo”. Como podemos observar pelo exposto, apesar das mudanças, muitos problemas persistiram e seus resultados, apesar de significativos, foram limitados, principalmente, se considerarmos sua proposta democratizante.

Posteriormente, passado esse momento, Ghiraldelli Júnior (1987) aponta que após os anos iniciais da República, a Educação acabou por cair numa penumbra:

censeamentos; publicar em jornais o dia de abertura das aulas e das matrículas (REIS FILHO, 1995, p. 30 e 106).

Passados os primeiros anos após a queda da Monarquia, o discurso do governo e, em boa parte, das elites intelectuais, já havia se modificado substancialmente. A discussão educacional, a questão da escolarização das massas, deixou de ocupar posição relevante (GHIRALDELLI JR., 1987, p. 19).

Uma das questões debatidas entre os autores que abordam o tema é a dualidade da Educação, dividida em uma educação para as classes populares, e outra, para as classes dominantes. Para uma Educação propunha transformar o povo brasileiro em cidadãos, a existência de um ensino dual era uma contradição profunda. Infantosi (1983) percebe este problema no fato de que “o progresso educacional traduzido na democratização das oportunidades de escolarização do sistema público de ensino ‘popular’ não afetou a estrutura do sistema de ensino como um todo” (INFANTOSI, 1983, p. 48). Já Carvalho, em outro texto, afirma:

Na conjunção dessas propostas, possibilita compreender a permanência de uma rígida demarcação entre dois universos: o relativo à chamada “educação de elite” e o destinado à “educação do povo”, assegurando-se prioridade estratégica ao primeiro (CARVALHO, 1997, p. 126).

Outro aspecto importante, para o entendimento desse processo, é a relação entre o “poder local” e a Educação. Sobre essa constatação, Demartini (1989), em seu artigo “O coronelismo e a Educação”, faz alguns questionamentos importantes:

É interessante observar que, embora as interferências das políticas locais na área das ‘políticas públicas’ faça parte do senso comum e do anedotário popular, pouco se tem escrito a esse respeito. Todos sabem que na área da educação sempre os políticos de cada lugar ‘mexiam os pauzinhos’. Mas como os fatos de passaram? Que interesses estavam em jogo? Que consequências estas intervenções trouxeram à expansão do sistema educacional? (DEMARTINI, 1989, p. 47).

A Educação também serviu como instrumento de legitimação e de consolidação do regime republicano. O estudo já citado de Souza (1998), sobre os Grupos Escolares, aponta para esse tipo de análise:

A implantação dos grupos escolares no Estado de São Paulo ocorreu no interior do projeto republicano de educação popular. Os republicanos mitificavam o poder da educação a tal ponto que depositaram nela não apenas a esperança de consolidação do novo regime, mas a regeneração da Nação. A escola primária tornou-se uma das principais divulgadoras dos valores republicanos. Era preciso torná-los evidentes, exibí-los, solenizá-los (SOUZA, 1998, p. 16).

Os grupos escolares foram uma das maiores inovações no campo educacional, uma vez que Grupo permitia uma ação mais facilitada da Inspeção, da administração

escolar e uma garantia de maior regularidade no funcionamento da escola. Os prédios construídos para a instalação dos grupos escolares por si só eram como emblemas, símbolos de uma nova ordem, uma nova era de modernidade, desenvolvimento e progresso.

Com a chegada dos anos 1920, a Educação volta a ganhar importância e os movimentos conhecidos como “entusiasmo pela educação” e “otimismo pedagógico” recolocam a Educação nos debates intelectuais. Sobre o “entusiasmo” Ghiraldelli afirma que “não se pode dizer que o ‘entusiasmo pela Educação’ tenha saído do verbalismo e fecundado resultados práticos e capazes de alterar o quadro educacional real na Primeira República”. Entretanto, sua força como movimento de ideias “denunciava uma realidade não muito animadora em relação à educação popular legada por mais de duas décadas de regime republicano” (GHIRALDELLI, 1987, p. 25). Ao analisar o “entusiasmo pela educação”, Nagle critica aquele movimento por sua “percepção romântica dos problemas da sociedade brasileira e de suas soluções resulta numa superestimação do processo educacional: regenerador do homem, ele é, conseqüentemente, o regenerador de toda a sociedade” (NAGLE, 1978, 263).

Enquanto o otimismo pedagógico, surgido posteriormente, traz discussões mais realistas em relação ao potencial da Educação,

o entusiasmo pela educação se manifesta pela alteração de um outro aspecto do processo e, especialmente, pelo esforço em difundir a escola (modelo) existentes, no otimismo pedagógico pretende-se a substituição de um modelo para outro (NAGLE, 1978, p. 264).

Esses movimentos procuravam solucionar, a partir da Educação, os principais problemas do país. Apostando que somente a educação bastava para transformar o país, pugnavam por reformular a Educação tanto do ponto de vista dos métodos e técnicas utilizados dentro da escola, como da própria organização e funcionamento do sistema de ensino.

Em 1920, o governo do Estado de São Paulo convidou para coordenar a reforma do ensino paulista, Sampaio Dória. Dória teve a oportunidade de aplicar suas ideias educacionais, sistematizando-as na lei nº 1750, de 8 de dezembro de 1920, e criando várias ações e procedimentos ainda hoje vigentes. Essa reforma de Sampaio Dória se firmou como um marco, pois priorizou o ensino primário numa tentativa de diminuir o índice de analfabetismo no Estado. Essa reforma reduziu o ensino gratuito e obrigatório para dois (2) anos e a idade escolar foi fixada entre nove (9) e dez (10) anos. Sampaio Dória ao justificar a reforma dizia: “Dar instrução a alguns e não a todos é profundamente injusto; é tratar com diferença aos filhos, para os quais foi assentado o lema da igualdade” (NAGLE, 1978, p. 270). Em sua fala, Dória deixa explícito o ponto de vista dos republicanos liberais para os quais haveria uma Educação mínima (ou básica), para todo o conjunto da sociedade. Ou seja, sob esse ponto de vista, haveria um mínimo de igualdade, já que os demais ramos (secundário e superior) estavam reservados a uma pequena minoria.

No entanto, a Educação se insere num contexto do qual não se pode ser separado. As características da Educação nesse período são profundas, tais como as desigualdades sociais, as relações de mandonismo – o clientelismo –, a exclusão sistemática de amplos setores da população, da cidadania, da política e das condições mínimas de sobrevivência.

Dessa forma, como se verifica, esse período foi marcado por transformações

significativas na sociedade brasileira, como o início do processo de urbanização, a incipiente industrialização, a efervescência política dos setores médios e proletários, etc. A Educação teve cada vez mais importância no jogo político nacional, seja a Educação vista como motor de desenvolvimento ou democratização da sociedade, seja como um instrumento de legitimação do regime republicano. O traço comum a essas concepções educacionais é a de estarem sempre relacionadas ao jogo político.

3. *Palavras Finais*

Como se pôde observar ao longo deste artigo, a Educação na Primeira República é fruto de um projeto liberal conservador, marcado pela forte exclusão popular e por um elitismo arrogante. Mesmo com alguns avanços, a Educação nesse período não representou uma democratização da sociedade; pelo contrário, acentuou, devido a sua dualidade, as diferenças sociais, servindo, apenas, para legitimar o regime republicano e as relações sociais de dominação.

4. *Referências*

ANTUNHA, Heládio César Gonçalves. *A Instrução Pública no Estado de São Paulo*. São Paulo: FE /USP, 1976.

BARRETO, Carlos Eduardo. *Constituições Brasileiras*. 6 ed. São Paulo: Saraiva, 1971, vol. 1.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. *A Escola e a República*, São Paulo: Brasiliense, 1989.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. "Educação e Política nos anos 20: A desilusão com a República e o entusiasmo pela Educação", in: COSTA, Wilma Peres (org.) *A década de 1920 e as origens do Brasil Moderno*. São Paulo: Ed. Unesp, 1997.

DEMARTINI, Zeila de Brito. "O coronelismo e a educação da Primeira República", *Educação e Sociedade*, n. 34, Campinas: CEDES, 1989.

GHIRALDELLI JR, Paulo. *Educação e Movimento Operário*, São Paulo: Ed. Cortez/Ed. Autores Associados, 1987.

INFANTOSI, Ana Maria. *A Escola na República Velha*, São Paulo: EDEC, 1983.

NAGLE, Jorge. *Educação e Sociedade na Primeira República*, São Paulo: EPU/MEC, 1974.

NAGLE, Jorge. "Educação na Primeira República", in: FAUSTO, B. *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: DIFEL, 1978, vol. 8.

REIS FILHO, Casemiro dos. *A Educação e a Ilusão Liberal*. São Paulo: Cortez, 1995.

SOUZA, Rosa de Fátima. *Templos de Civilização*, São Paulo: Ed. Unesp, 1998.

TANURI, Leonor Maria. *O Ensino Normal em São Paulo 1890-1930*, São Paulo: USP, 1979.